

JULHO

Preço da cesta básica cai em 15 das 27 capitais

O preço do conjunto dos alimentos básicos diminuiu, em julho, em 15 capitais e aumentou em 12, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada ontem pelo Departamento In-

tersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa é a primeira vez que a pesquisa engloba todas as 26 capitais e o Distrito Federal. Até

então, o levantamento era feito apenas em 17 capitais. As quedas mais importantes no preço da cesta básica ocorreram em Florianópolis (2,6%), Curitiba (2,4%), Rio de Janeiro (2,3%) e Campo Grande (2,1%). **PÁGINA 2**

CÂMARA

Alckmin pede urgência em propostas sobre exportações

O vice-presidente Geraldo Alckmin se reuniu ontem com presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para apresentar as propostas legislativas prioritárias do governo em defesa das exportações brasileiras, impactadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, pediu a Motta urgência na tramitação dos projetos, de forma a preservar os empregos e os produtos afetados pelas sanções determinadas pelo líder norte-americano Donald Trump, e que entraram em vigor há duas semanas. Ele informou ainda que produtos derivados de aço e alumínio terão alívio na tarifa. Entre as propostas apresentadas pelo governo está a Medida Provisória (MP) que cria o Plano Brasil Soberano e apresenta um conjunto de medidas para socorrer empresas prejudicadas pelas tarifas dos EUA sobre as exportações brasileiras. O plano inclui uma linha de crédito no valor de R\$ 30 bi para exportadores. **PÁGINA 3**

AVIAÇÃO

Setor aéreo bate recorde com 11,6 mi de passageiros

PÁGINA 2

CERCO A MADURO

Ameaça dos EUA a Venezuela traz tensões à AL

PÁGINA 6

PLANO GOLPISTA

Polícia Federal indicia Bolsonaro e Eduardo pelo ‘crime de coação’

LULA MARQUES/ABRASIL



A Polícia Federal (PF) indiciou ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelos crimes de coação no curso do processo e abolição do estado democrático de direito ao tentar interferir no julgamento da ação penal do golpe, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF). O pedido de indiciamento foi enviado ao gabinete do ministro do STF Ale-

xandre de Moraes juntamente com um relatório de 170 páginas no qual os delegados Leandro Almada, Rafael Caldeira e Itawan Pereira descrevem o passo a passo dos crimes cometidos pela família Bolsonaro. O relatório da PF também resultou em medidas contra o pastor Silas Malafaia, alvo de busca e apreensão e de retenção de passaporte. **PÁGINA 5**

AUXILIAR EM COAÇÃO

MARCOS CORREA PR



PF apreende passaporte e celular de Silas Malafaia

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem a realização de busca e apreensão contra o pastor Silas Malafaia (**foto**), um dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. De acordo com a Polícia Federal, a medida foi cumprida no Aeroporto do Galeão, no Rio. O pastor teve o celular e o passaporte apreendidos. Na decisão, o ministro cita que, segundo a Procuradoria-Geral da República, o pastor teria agido como “orientador e auxiliar das ações de coação” promovidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP). Pela decisão de Moraes, Malafaia está proibido de se ausentar do país. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA 0,17% / 134.666,46 / 234,20 / Volume: 16.234.455.958 / Negócios: 3.116.631											
Mais Negociados			Majores Altas			Majores Baixas			Bolsas no mundo		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Fechamento	%	
B3 ON NM	12,33	-1,60%	-0,20	FICA ON	21,63	+13,84%	+2,63	GENERALSHOPPON	3,06	-31,85%	-1,43
BRASIL ON ATZ NM	19,86	+0,30%	+0,06	VIVEO ON NM	0,940	+13,25%	+0,110	REVVEE ON ES NM	21,000	-24,92%	-6,970
BRADESCO PN N1	15,84	+0,32%	+0,05	COELCE ON	36,00	+12,50%	+4,00	PLASCAR PARTON	4,33	-13,57%	-0,68
PETROBRAS PN ATZ N2	30,22	+0,60%	+0,18	BRB BANCO PN	11,12	+11,20%	+1,12	SANTANENSE ON	2,62	-12,37%	-0,37
RUMO S.A. ON NM	14,95	-3,11%	-0,48	SIMPAR ON NM	4,490	+10,05%	+0,410	CEDRO PN N1	11,20	-12,16%	-1,55
									Dow Jones	44.938,31	+0,04%
									S&P 500	6.395,78	-0,24%
									NASDAQ Composite	21.172,856	-0,67%
									Nasdaq 100	23.249,57	-0,58%
									FTSE 100	9.288,14	+1,08%
									DAX	24.276,97	-0,65%
										Salário mínimo	R\$ 1.412,00
										Ufir-RJ	R\$ 4,5373
										Taxa Selic	15%
										GP-M	-1,65% (jun.)
										IPCA-15	0,26% (jun.)
										CDI	14,90%
										TR	(19/08)
										Poupança	0,1762%
										BM&F/grama/RJ	R\$ 596,50
										EURO Comercial	Compra: 6,3765 Venda: 6,3772
										EURO turismo	Compra: 6,4686 Venda: 6,6486
										DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,4726 Venda: +0,02%
										DÓLAR comercial	Compra: 5,4723 Venda: 5,4729
										DÓLAR turismo	Compra: 5,4888 Venda: 5,6688

Bolsa tem leve melhora mas fecha abaixo dos 135 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), em especial o setor financeiro, chegou a perder fôlego em direção ao encerramento de ontem, fazendo com que o índice testasse neutralidade no fim do dia, após a queda de 2,1%, na terça-feira, no que foi sua maior correção desde a perda de quase 3% em 4 de abril. No melhor momento, reaproximou-se ontem de 135 mil pontos, na máxima do dia, em sessão de recuperação parcial dos bancos após o tombo do dia anterior com a retomada dos temores sobre a relação entre Brasil e EUA. A correção veio na esteira de deliberação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a aplicabilidade de leis estrangeiras - como a Magnitsky, que sancionou o ministro Alexandre de Moraes - no Brasil.

Contido, o índice da B3 flutuou 842 pontos entre a mínima (134 121,67) e a máxima (134.963,84) da sessão, em que saiu de abertura aos 134.430,49 pontos. Ao fim, marcava leve alta de 0,17%, aos 134.666,46 pontos, com giro também enfraquecido, a R\$ 16,2 bilhões, nesta quarta-feira. Na semana, o Ibovespa recua 1,23%, limitando o ganho do mês a 1,2%. No ano, sobe

11,96%.

Após perdas que chegaram na terça-feira à casa de 6% em Banco do Brasil ON, a recuperação no segmento ontem foi bem discreta, tendo Santander (Unit +2,08%) à frente entre as maiores instituições. BB ON subiu apenas 0,3% e Itaú PN, a principal ação do setor, ficou praticamente estável (+0,06%). Bradesco ON e PN fecharam o dia, pela ordem, em alta de 0,44% e 0,32%. BTG Pactual, por sua vez, cedeu 1,10%.

Na ponta ganhadora do Ibovespa (Índice Bovespa), destaque para Pão de Açúcar (+8,62%), Ultrapar (+4,35%) e Auren (+4,05%). No lado oposto, Azzas (-3,42%), Marfrig (-3,16%) e Rumo (-3,11%). Entre as principais ações de commodities, Vale ON cedeu 0,45%, enquanto Petrobras avançou 0,83% na ON e 0,60% na PN, com o Brent e o WTI em alta na casa de 1,5% no fechamento de Londres e Nova York.

DÓLAR

Após dois pregões de alta, em que avançou 1,9% e superou R\$ 5,50, o dólar à vista recuou 0,51% ontem, a R\$ 5,4729. Operadores afirmam que a queda da moeda no exterior, diante de apostas em cortes de juros nos Estados Unidos.

Discussão

Missão nos EUA inclui data centers e minerais de terras raras, diz CNI

RENAN MONTEIRO/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou ontem, que foi apresentada ao vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a agenda de uma missão empresarial que será realizada em Washington nos dias 3 e 4 de setembro. O presidente da entidade, Ricardo Alban, disse em nota que o setor industrial levará propostas "alinhadas a interesses" dos EUA, como parcerias para produção de combustível sintético de aviação (SAF) e etanol, instalação de data centers no Brasil e exploração de minerais de terras raras.

A ideia é "ampliar o diálogo" com o governo e o setor produtivo norte-americano, diante da tarifa de 50% sobre diversos itens da pauta exportadora do Brasil para os EUA. Na agenda de setembro, haverá encontros com escritórios de advocacia e lobby, reuniões na Embaixada do Brasil em Washington, "diálogos" com lideranças da US Chamber of Commerce e com autoridades do governo americano. Ainda não há informações sobre quais autoridades.

A CNI também informou que está prevista uma plenária com

empresários dos dois países e participação em audiência pública do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), no âmbito da investigação da Seção 301. A estratégia é buscar novas exceções à regra, ampliando o rol de produtos com tarifas reduzidas.

Associações setoriais, federações estaduais e representantes de grandes empresas participarão da iniciativa. "Nosso objetivo é sensibilizar o lado americano, levando propostas concretas de interesse mútuo, de forma a acelerar as negociações e incluir setores relevantes, mesmo aqueles com menor peso financeiro, mas grande representatividade industrial", disse Alban.

O presidente da CNI teve encontro com o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, para tratar dessa agenda. Em nota, foi informado que houve contribuições da indústria para a medida provisória que busca mitigar os efeitos do tarifaço. A Confederação defende que os R\$ 9,5 bilhões hoje fora do arcabouço fiscal sejam fixados dentro da regra fiscal, medida que, segundo Alban, reforçaria a credibilidade econômica do país.

Julho

Preço da cesta básica cai em 15 das 27 capitais

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O preço do conjunto dos alimentos básicos diminuiu, em julho, em 15 capitais e aumentou em 12, de acordo com a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, divulgada ontem pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Essa é a primeira vez que a pesquisa engloba todas as 26 capitais e o Distrito Federal. Até então, o levantamento era feito apenas em 17 capitais.

As quedas mais importantes no preço da cesta básica ocorreram em Florianópolis (2,6%), Curitiba (2,4%), Rio de Janeiro (2,3%) e Campo Grande (2,1%). Já as maiores altas ocorreram no Nordeste: Recife (2,8%), Maceió (2%), Aracaju (2%), João Pessoa (1,8%), Salvador (1,8%), Natal (1,4%) e São Luís (1,4%).

São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior preço (R\$ 865,90), seguida por Florianópolis (R\$ 844,89), Porto Alegre (R\$ 830,41), Rio de Janeiro (R\$ 823,59) e Cuiabá (R\$ 813,48).

Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, foram registrados os menores valores do

conjunto de alimentos básicos: Aracaju (R\$ 568,52), Maceió (R\$ 621,74), Salvador (R\$ 635,08) e Porto Velho (R\$ 636,69).

A comparação dos valores da cesta de julho de 2024 com julho de 2025, mostrou que, nas 17 capitais onde a pesquisa era realizada nesse período, houve alta de preço em todas, com variações entre 2%, em Belém, e 19,5%, em Recife.

No acumulado do ano até julho, nas 17 capitais pesquisadas também foi registrado aumento em todas, com taxas que oscilaram entre 0,3%, em Goiânia, e 11,4%, em Recife.

Com base na cesta mais cara que, em julho, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional de que o salário mínimo deveria ser suficiente para suprir as despesas de uma família de quatro pessoas, com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estimou que o valor do salário mínimo necessário, no sétimo mês do ano, deveria ter sido R\$ 7.274,43 ou 4,79 vezes o mínimo atual, de R\$ 1.518.

De acordo com a pesquisa, quando é comparado o custo da cesta e o salário mínimo líquido, ou seja, após o desconto de 7,5% referente à Previdência Social, o trabalhador remunerado pelo

piso nacional comprometeu, em média, nas 27 capitais pesquisadas em julho, 50,9% do rendimento para adquirir os produtos alimentícios básicos e, em junho, 51,1% da renda líquida.

PRODUTOS

O preço do quilo do arroz caiu em julho em comparação a junho em quase todas as capitais pesquisadas, exceto no Recife (alta de 0,65%). Destacam-se as variações registradas em Porto Velho, queda de 7,1%; Palmas, menos 5,2%; e Florianópolis, menos 5%.

O preço do feijão diminuiu em 24 capitais em julho, em comparação a junho. O grão preto, pesquisado nos municípios do Sul, Rio de Janeiro e Vitória, apresentou queda nas cinco capitais, as mais expressivas verificadas em Vitória (-6,9%) e Florianópolis (-5,2%). Para o grão carioca, coletado nas demais capitais, foram observadas altas apenas em três localidades: Porto Velho (0,6%), Maceió (0,4%) e São Luís (0,3%). Já as diminuições variaram entre -4,3%, em Fortaleza, e -0,2%, em Aracaju.

O valor do quilo do café em pó caiu em 21 das 27 cidades pesquisadas em julho de 2025, em comparação ao mês anterior. As quedas mais significativas foram registradas em Be-

lo Horizonte (-8,1%) e Teresina (-3,9%). Só seis capitais apresentaram aumento no valor, com destaque para Macapá (7%), Cuiabá (1,3%) e Boa Vista (1,1%).

“Apesar dos enxutos estoques nacionais e mundiais, o avanço da colheita e o consequente aumento da disponibilidade de café no Brasil têm pressionado as cotações para baixo. E os preços domésticos acompanharam as oscilações da commodity nas Bolsas de Nova York e Londres, diante da tarifação de 50% nas importações norte-americanas, o que gerou especulações quanto ao possível escoamento da safra brasileira”, destacou o Dieese, em nota.

O preço da carne bovina de primeira teve comportamento variado nas 27 cidades analisadas: houve aumento em 11 capitais, com destaque para Boa Vista (2%) e Salvador (1,8%). Foram registradas quedas em outras 16 capitais, a mais importante em Belém (-2,9%).

“Ao longo de 2025, a demanda externa por carne bovina tem sido intensa. O abate de animais foi mais lento e os preços da carne caíram no Brasil, após o anúncio de 50% de tarifa para as exportações brasileiras para os Estados Unidos”, informou o Dieese.

Aviação

Setor aéreo bate recorde com 11,6 milhões de passageiros em julho

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O setor aéreo registrou, no mês de julho, o maior número de passageiros transportados em um mês: um total de 11,6 milhões incluindo os dois mercados (doméstico e internacional). A movimentação de viajantes é a maior desde o início da série histórica, em janeiro de 2000.

As estatísticas do transporte aéreo no Brasil são do relatório mensal de demanda e oferta da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Os dados são registrados pelas empresas brasileiras e estrangeiras de transporte de passageiros, carga e mala postal, conforme a resolução nº 191/2011 da agência reguladora.

TRANSPORTE DOMÉSTICO

Os voos domésticos são aqueles que ocorrem dentro das fronteiras de um mesmo país. Em julho deste ano, esse mercado transportou 9 milhões de passageiros dentro do Brasil, o que representa um crescimento de 5,9% em comparação ao registrado no mesmo mês do ano passado.

A demanda doméstica por assentos, medida pela multiplicação de passageiros pagantes por quilômetros percorridos, registrou aumento de 8,2% em comparação a julho de 2024. Enquanto a oferta doméstica, obtida pela multiplicação de assentos disponíveis por quilômetros voados, cresceu 6,2%.

TRANSPORTE INTERNACIONAL

Da mesma forma, o setor internacional também registrou recorde de movimentação, com 2,6 milhões de passageiros, o que representa crescimento de 13,6% comparado a julho de 2024.

Considerando a demanda e oferta de voos internacionais, ambas cresceram 12,2% no mês.

Outro levantamento divulgado nesta semana confirma o fortalecimento do Brasil como destino turístico de destaque. Dados divulgados pela Organização Mundial do Turismo (ONU Turismo) na segunda-feira passada apontam que o Brasil alcançou, em 2024, a quinta posição entre os destinos das Américas que mais recebem visitantes estrangeiros,

superando a Argentina, que até então liderava na América do Sul.

No ranking das Américas, o Brasil aparece logo atrás de Estados Unidos, México, Canadá e República Dominicana. No ano passado, o território brasileiro recebeu 6,8 milhões de turistas vindos de fora.

MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS

Sobre a movimentação doméstica de cargas, com decolagem e pouso dentro do país, o setor alcançou 39,1 mil toneladas, o que representa um recuo de 3,8% em relação a julho de 2024.

Enquanto a movimentação internacional de cargas foi de 76 mil toneladas (crescimento de 0,8% em relação a julho do ano anterior).

Combustíveis

TCU nega pedido da Petrobras sobre norma para detalhar política de preços

RENAN MONTEIRO E LUIZ ARAÚJO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) negou ontem, um pedido da Petrobras envolvendo a política de preços praticada pela companhia. Em prévio acórdão, a Corte de Contas havia determinado que houvesse a criação de uma norma interna para detalhar os procedimentos para a execução da estratégia

comercial de diesel e gasolina. Em pedido de reexame, a Petrobras solicitou que a determinação fosse convertida em recomendação. Ou seja, que fosse retirado o caráter obrigatório para a criação dessa norma.

A Petrobras alegou que a medida deveria ser uma recomendação por entender que não há irregularidades a serem sanadas. Ainda de acordo com o argumento, a decisão representa-

ria "interferência indevida" na gestão da companhia e "risco à imagem institucional".

O relator do pedido de reexame, ministro Bruno Dantas, ao explicar seu voto negando o pedido da companhia lembrou que a auditoria do Tribunal identificou "uma severa lacuna" de governança "entre a diretriz estratégica de alto nível, aprovada pela diretoria executiva, e sua efetiva aplicação operacional".

Ele apontou que, na prática, não existem regras formais sobre a dinâmica do processo decisório, o que acarretaria uma "juízo crítico" sobre o aumento e a intensidade dos reajustes de preços de combustíveis. O resultado seria uma fragilização do controle e a rastreabilidade das decisões, conforme os argumentos apresentados pelo ministro e ex-presidente da Corte.

CÂMARA

Alckmin pede urgência em propostas sobre exportações

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O vice-presidente Geraldo Alckmin se reuniu ontem com presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, para apresentar as propostas legislativas prioritárias do governo em defesa das exportações brasileiras, impactadas pelo tarifaço imposto pelos Estados Unidos. Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, pediu a Motta urgência na tramitação dos projetos, de forma a preservar os empregos e os produtos afetados pelas sanções determinadas pelo líder norte-americano Donald Trump, e que entraram em vigor há duas semanas. Ele informou ainda que produtos derivados de aço e alumínio terão alívio na tarifa.

Entre as propostas apresentadas pelo governo está a Medida Provisória (MP) que cria o Plano Brasil Soberano e apresenta um conjunto de medidas para socorrer empresas prejudicadas pelas tarifas dos EUA sobre as exportações brasileiras. O plano inclui uma linha de crédito no valor de R\$ 30 bilhões para exportadores, mudança nas regras do seguro de crédito à exportação e em fundos garantidores, suspensão de tributos incidentes sobre insumos importados (drawback) e compras governamentais de gêneros alimentícios que deixaram de ser exportados.

Há também um Projeto de Lei Complementar (PLP) que aumenta o percentual de restituição de tributos federais a empresas afetadas, via Novo Reintegra - Regime Especial de Reintegração de

Valores Tributários. Trata-se de um incentivo fiscal que permite às empresas recuperar parte dos impostos indiretos incidentes sobre a cadeia produtiva dos produtos exportados.

"Pedimos urgência para as duas propostas que o presidente Lula encaminhou [ao Congresso]. A Medida Provisória que estabelece o crédito, fundo garantidor, compras governamentais drawback. E o PLP, que estabelece Reintegra. Eles estabelecem um apoio para preservar emprego e a produção dos produtos afetados pela tarifa de 50% dos exportadores brasileiros para os Estados Unidos", destacou Alckmin em coletiva de imprensa, após a reunião.

O vice-presidente também pediu apoio de Hugo Motta na tramitação de outros 15 projetos de lei,

que tratam de comércio exterior, 11 deles são acordos internacionais, que eliminam a bitributação e investimentos recíprocos. Um desses projetos é um acordo comercial com a Índia.

AÇO E ALUMÍNIO

A imprensa, Alckmin também informou que, por decisão dos EUA, produtos que têm componentes de aço e alumínio passam a ser taxados de acordo com a Seção 232 da Lei de Expansão Comercial norte-americana, que é aplicada a todos os países, com exceção do Reino Unido.

"Melhora a nossa competitividade na área industrial. Então, se eu vendo uma máquina que tem aço, essa parte do aço fica igual com o mundo inteiro, porque entra na Seção 232. Garfo, faca, tudo que tiver aço e alumínio", observou.

terça-feira, 19, pelo Senado.

Em fato relevante, a Petrobras afirma que Pietro Mendes, ao renunciar, deixou seu agradecimento aos colegas de conselho, aos membros da diretoria executiva liderados pela presidente Magda Chambriard e às equipes da companhia pela colaboração durante seu período à frente do conselho de administração.

Nota

PETROBRAS CONFIRMA RENÚNCIA DE PIETRO MENDES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Petrobras informou que recebeu ontem, a renúncia, com efeitos imediatos, do presidente do conselho de administração da companhia, Pietro Adamo Sampaio Mendes, aos cargos de presidente e

membro do conselho da estatal em razão de novos desafios profissionais. A informação foi antecipada pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. Pietro Mendes vai assumir uma cadeira da diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em mandato de 5 anos. Ele teve seu nome aprovado na

Balancos patrimoniais individuais e consolidados Em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)									
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado					
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23				
Circulante		213.028	255.602	208.346	231.338				
Caixa e equivalentes de caixa	5	72.277	67.142	72.277	67.142				
Contas a receber	6	29.990	48.329	29.990	47.883				
Adiantamentos	7	5.029	22.712	3.724	27.996				
Impostos a recuperar	8	11.517	12.852	11.517	12.852				
Estoques	9	89.849	75.397	89.849	75.397				
Dividendos a receber	10	3.882	29.103	-	-				
Outros ativos		484	67	989	68				
Não circulante		111.805	107.532	103.863	95.310				
Impostos a recuperar	8	336	336	336	336				
Depósito judicial	17	213	199	213	199				
Outros ativos		2.668	-	2.668	-				
Investimentos	11	10.662	10.662	-	-				
Imobilizado	12	97.911	96.335	100.631	94.775				
Intangível		15	-	15	-				
Total do ativo		324.833	363.134	312.209	326.648				
PASSIVO	Nota	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23				
Circulante		100.852	133.227	86.516	95.893				
Fornecedores	13	15.960	7.251	15.960	7.251				
Empréstimos e financiamentos	14	7.146	2.879	7.146	2.879				
Obrigações trabalhistas	15	6.862	6.998	6.862	6.998				
Impostos a pagar	16	11.831	11.523	11.831	11.523				
Parcelamentos fiscais	17	2	42	2	42				
Adiantamento de clientes		806	830	806	830				
Dividendos a pagar	10	43.908	66.370	43.908	66.370				
Outras obrigações	19	14.337	37.334	-	-				
Não circulante		5.149	28.790	5.301	28.790				
Empréstimos e financiamentos	14	-	24.706	-	24.706				
Impostos diferidos		336	336	336	336				
Provisão de contingência	18	438	136	438	136				
Parcelamentos fiscais	17	2.556	3.086	2.556	3.086				
Outras obrigações	19	1.819	526	1.971	526				
Patrimônio líquido		218.832	201.117	218.832	201.117				
Capital social	20	10.000	10.000	10.000	10.000				
Reserva de lucros		208.832	191.117	208.832	191.117				
Participações não controladores		-	-	1.560	848				
Total do passivo e patrimônio líquido		324.833	363.134	312.209	326.648				

RTS

RTS RIO S.A.
CNPJ 04.050.750/0001-29

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Receita operacional líquida	21	56.461	40.548	104.425	82.371
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(36.205)	(18.549)	(36.205)	(18.549)
Lucro bruto		20.256	21.999	68.220	63.822
Despesas operacionais					
Pessoal	23	(18.806)	(14.496)	(18.908)	(16.273)
Comerciais	24	(6.192)	(9.325)	(6.192)	(11.681)
Gerais e administrativas	25	(11.606)	(10.068)	(11.229)	(9.306)
Depreciação	12	(1.110)	(15.128)	(9.104)	(19.711)
Resultado de equivalência patrimonial	11	34.871	29.103	-	-
Outras receitas operacionais		1.340	900	2.052	1.494
Resultado antes do resultado financeiro		18.753	2.985	24.839	8.345
Receitas financeiras		8.775	8.944	8.775	8.944
Despesas financeiras		(3.908)	(5.423)	(3.908)	(5.423)
Resultado financeiro líquido	26	4.867	3.521	4.867	3.521
Lucro antes do IR e da C.S.		23.620	6.506	29.706	11.866
IR e C.S. - correntes	27	-	-	(5.374)	(4.766)
Lucro líquido do exercício		23.620	6.506	24.332	7.100
Resultado atribuível a					
Acionistas controladores		-	-	23.620	6.506
Acinistas não controladores		-	-	7.12	594
		-	-	24.332	7.100
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)		10	10	10	10
Lucro líquido por ações		2,36	0,65	2,43	0,71

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Lucro líquido do exercício		23.620	6.506	24.332	7.100
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		23.620	6.506	24.332	7.100

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)

	Nota	Reserva de lucros		Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Total
		Capital social	Reserva Legal				
Saldos em 31/12/23	10.000	2.000	184.237	-	196.237	254	196.491
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.506	6.506	594	7.100
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	4.880	(4.880)	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(1.626)	(1.626)	-	(1.626)
Saldos em 31/12/23	10.000	2.000	189.117	-	201.117	848	201.965
Lucro líquido do exercício	-	-	-	23.620	23.620	712	24.332
Destinação do lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	17.715	(17.715)	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(5.905)	(5.905)	-	(5.905)
Saldos em 31/12/24	10.000	2.000	206.832	-	218.832	1.560	220.392

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31/12/24 e 2023 (Em MR\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23
Fluxo de caixa das atividades operacionais		23.620	6.506	24.332	7.100
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		(34.871)	(29.103)	-	-
Depreciação e amortização		1.110	15.128	9.104	19.711
Baixa do ativo imobilizado, líquido de depreciação		24.396	6.433	25.343	6.433
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa		4.921	4.425	4.921	4.425
Provisão / (reversão) de passivos tributários, cíveis e trabalhistas		302	(260)	302	(260)
Juros sobre empréstimos e financiamentos		2.096	4.559	2.096	4.559
Resultado ajustado		21.573	7.688	66.098	41.968
Aumento / (redução) líquida nos ativos e passivos operacionais		18.339	5.012	17.893	5.012
Variação em adiantamentos		17.683	(1.550)	24.272	(25.768)
Variação em impostos a recuperar		1.335	(1.717)	1.335	(1.717)
Variação em estoques		(14.452)	(3.692)	(14.452)	(3.692)
Variação em outros créditos		(417)	177	(921)	177
Variação em depósitos judiciais		-	(1)	-	(1)
Variação em fornecedores		8.709	2.612	8.709	2.612
Variação em obrigações trabalhistas		(136)	336	(136)	336
Variação em impostos a pagar		308	(737)	308	(737)
Variação em parcelamentos fiscais		(570)	(1.193)	(570)	(1.193)
Variação em adiantamento de clientes		(24)	561	(24)	561
Variação em Dividendos a receber e a pagar		2.759	-	(22.462)	-
Variação em outras obrigações		(13.348)	5.741	(6.201)	(4.363)
		20.186	5.550	7.752	(28.772)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais		41.760	13.238	73.849	13.196
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Dividendos distribuídos		(5.905)	(1.626)	(5.905)	(1.626)
Aquisição de ativo imobilizado		(8.214)	(14.968)	(40.304)	(14.926)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de investimentos		(14.119)	(16.594)	(46.209)	(16.552)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização do principal de Empréstimos		(20.473)	(21.808)	(20.473)	(21.808)
Juros pagos sobre empréstimos		(2.033)	(4.550)	(2.033)	(4.550)
Caixa líquido (consumido) proveniente das atividades de financiamentos		(22.506)	(26.357)	(22.506)	(26.357)
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.135	(29.713)	5.135	(29.713)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		67.142	96.855	67.142	96.855
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		72.277	67.142	72.277	67.142
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.135	(29.713)	5.135	(29.713)

obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. RJ, 15/08/2025.

BDO

BDO RCRS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/F
Cristiano Mendes de Oliveira - Contador - CRC 1 RJ 078157/O-2

EUA

Além do Pix: empresas reclamam a Trump de STF, Anatel e taxaço

CIRCE BONATELLI/AE

Além das críticas ao Pix, as empresas norte-americanas levaram ao governo de Donald Trump, no âmbito da investigação sobre as práticas comerciais brasileiras, suas preocupações relacionadas às políticas de moderação de conteúdo nas plataformas digitais, inteligência artificial e data centers, bem como pelas ameaças recentes do governo brasileiro de taxar as big techs.

Nesse contexto, sobram críticas para o Supremo Tribunal Federal (STF), para a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e até para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva - que tem repetido a intenção de taxar as big techs.

O documento foi produzido pelo Conselho da Indústria da Tecnologia da Informação (ITI), associação que reúne empresas de meios de pagamento, softwares, redes sociais, cibersegurança, processamento de dados e data centers, entre outras. A entidade tem 81 membros, incluindo gigantes do mundo financeiro como Visa e Mastercard e big techs como Amazon, Google, Apple, Microsoft, Meta, IBM, Intel, Dell e Nvidia, por exemplo.

A manifestação foi encaminhada ao United States Trade

Representative (USTR)- o Escritório do Representante Comercial dos EUA - em meio às tratativas que fazem parte do inquérito que investiga práticas comerciais brasileiras acusadas de irregularidades.

Uma das reclamações da ITI se refere às implicações do julgamento do artigo 19 do Marco Civil da Internet, ocorrido em junho. Na ocasião, o STF decidiu que as big techs poderão ser responsabilizadas por conteúdos publicados por terceiros se não removerem o material mesmo se solicitadas por meios extrajudiciais.

"Anteriormente, o artigo 19 proporcionava um 'porto seguro', o que significava que as plataformas digitais só eram responsabilizadas por conteúdo de terceiros caso não cumprissem uma ordem judicial para sua remoção", observou a ITI.

Na sequência do julgamento do STF, a Anatel definiu que os sites de comércio eletrônico que vendem mercadorias de terceiros - os chamados marketplaces, como Mercado Livre, Amazon, Shopee, Magalu, entre outros - passarão a ter responsabilidade pelos anúncios de produtos irregulares. Tal responsabilidade inclui as plataformas envolvidas apenas na publicidade ou promoção dos artigos.

CRIMES DE COAÇÃO

PF indicia Bolsonaro e Eduardo e faz buscas contra Malafaia

WESLEY GALZO/AE

A Polícia Federal (PF) indiciou ontem, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) pelos crimes de coação no curso do processo e abolição do estado democrático de direito ao tentar interferir no julgamento da ação penal do golpe, em curso no Supremo Tribunal Federal (STF).

O pedido de indiciamento foi enviado ao gabinete do ministro do STF Alexandre de Moraes juntamente com um relatório de 170 páginas no qual os delegados Leandro Almada, Rafael Caldeira e Itawan Pereira descrevem o passo a passo dos crimes cometidos pela família Bolsonaro.

O relatório da PF também resultou em medidas contra o pastor Silas Malafaia, alvo de busca e apreensão e de retenção de passaporte.

"Com base nos elementos probatórios apresentados neste relatório, conclui-se que EDUARDO NANTES BOLSO-

NARO e JAIR MESSIAS BOLSONARO, com a participação de PAULO FIGUEIREDO e SILAS LIMA MALAFAIA, encontram-se associados ao mesmo contexto, praticando condutas com o objetivo de interferir no curso da Ação Penal n. 2668 - STF, processo no qual o segundo nominado consta formalmente como réu", apontou a PF.

Na avaliação dos investigadores, ficou evidenciado que Bolsonaro e Eduardo atuaram "de forma subordinada a interesses de agentes estrangeiros, em alinhamento previamente condicionado ao atendimento de pretensões externas".

O lobby do deputado federal junto à Casa Branca colaborou para a aplicação das sanções de 50% do governo Donald Trump ao Brasil e foi decisivo para a utilização da Lei Magnitsky contra a Moraes, que está impedido de utilizar os serviços financeiros de empresas norte-americanas.

CONTAS DE ESPOSAS
A PF analisou as movimen-

tações bancárias de Bolsonaro e Eduardo e identificou um "modus operandi" de pai e filho que consistia em repassar dinheiro para as contas de suas esposas "para dissimular a origem e o destino de recursos financeiros com o intuito de financiamento e suporte das atividades de natureza ilícita do parlamentar licenciado no exterior".

Segundo os investigadores, o ex-presidente transferiu R\$ 2 milhões para a conta da sua esposa, Michelle Bolsonaro, e, no dia seguinte, Heloísa Bolsonaro, esposa de Eduardo, recebeu os valores em sua conta.

A avaliação da PF é de que o deputado federal usou em mais de uma oportunidade a conta bancária de sua esposa "como forma de escamotear os valores encaminhados por seu genitor, utilizando como conta de passagem, com a finalidade de evitar possíveis bloqueios em sua própria conta".

Os investigadores também identificaram uma série de

compras de dólar por Bolsonaro. Foram identificadas ao menos seis operações de câmbio realizadas pelo ex-presidente entre janeiro e julho deste ano. As movimentações foram identificadas por meio da quebra do sigilo bancário de Bolsonaro e Eduardo.

MEDIDAS VIOLADAS
Os delegados da PF identificaram uma mensagem de texto enviada pelo ex-ministro Walter Braga Neto a Bolsonaro em fevereiro de 2024, exatamente um dia após Moraes determinar a proibição de contato entre os investigados no inquérito que apurava a tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022.

O ex-ministro utilizou um número pré-pago para fazer contato com o aliado porque o seu celular havia sido apreendido na Operação Tempus Veritatis. "Estou com este número pré pago para qualquer emergência. Não tem zap. Somente face time. Abs Braga Netto", enviou o ex-ministro a Bolsonaro.

INCITAÇÃO AO CRIME

PF indicia Allan dos Santos por difamação, injúria e desobediência

RAYSSA MOTTA E FAUSTO MACEDO/AE

A Polícia Federal indiciou o blogueiro Allan dos Santos por difamação, injúria, desobediência e incitação ao crime. Cabe à Procuradoria-Geral da República (PGR) decidir se oferece ou não denúncia contra ele.

O relatório final com conclusões da investigação foi enviado ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no Supremo Tribunal Federal (STF), que pediu um parecer da PGR em até 15 dias.

O documento destaca que Allan dos Santos usa as redes sociais para defender teorias da conspiração, divulgar informações falsas e manipuladas, questionar sem provas o sistema eleitoral e atacar auto-

ridades e instituições, "incitando a desordem" e contribuindo para "a animosidade entre os Poderes da República e a polarização política".

A Polícia Federal também aponta que o blogueiro tem criado reiteradamente novos perfis nas redes sociais para burlar bloqueios judiciais e republicar conteúdos previamente censurados, "em uma tentativa clara de frustrar a efetividade da ordem judicial".

"O crime de desobediência é flagrante", aponta a PF.

A investigação foi aberta a partir de uma representação da jornalista Juliana Dal Piva depois que o blogueiro forjou prints de uma conversa com ela.

Allan teve a prisão decretada no inquérito das milícias digitais e está foragido nos Estados Unidos desde 2021.

STF

Dino: Brasil vive ‘deserto institucional’ e que há 'tentação' de ativismo judicial

FELLIPE GUALBERTO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino afirmou ontem, que o País enfrenta um "deserto institucional", que causa o acionamento do Judiciário para resolver conflitos. Segundo Dino, a omissão de outros Poderes provoca a "tentação" de ativismo judicial.

"É esse deserto institucional que o Brasil atravessa que chama o Judiciário ao hiperativismo. Porque, vamos convir, muita coisa que deveria ser resolvida pelos outros, não é?", afirmou o ministro na 1ª Sema- na Nacional dos Precedentes Trabalhistas, do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Segundo Dino, a falta ação do Executivo e Legislativo cria um cenário em que o STF "é chamado ao ativismo o tempo inteiro, quase como se fosse

uma tentação satânica". "Sabe Jesus Cristo no deserto?", questionou ao público.

Flávio Dino também negou o impacto financeiro da decisão que impediu a validade de leis estrangeiras no País sem o aval da Justiça brasileira. "É claro que uma coisa não tem nada a ver com a outra", disse. "Eu proferi uma decisão ontem e antes de ontem que dizem que derrubou os mercados. Não sabia que eu era tão poderoso", ironizou.

Na segunda-feira passada, Dino estabeleceu, em um processo que envolve a Justiça do Reino Unido e o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), que decisões judiciais estrangeiras só podem ser executadas no Brasil após homologação ou por meio de mecanismos de cooperação internacional.

O magistrado deu caráter vinculante à medida, o que, na

prática, permite que o ministro do STF Alexandre de Moraes recorra à Corte para impedir a aplicação da Lei Magnitsky contra ele por ser uma decisão judicial estrangeira. O dispositivo, que prevê bloqueio de contas bancárias e o impedimento de acessar serviços de empresas americanas, foi aplicado pelos EUA contra Moraes após articulações do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que busca impedir o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

Após a decisão de Dino, os bancos Itaú, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e BTG Pactual tiveram queda em suas ações e perderam R\$ 41,98 bilhões em valor de mercado. Temendo represálias americanas se não sancionarem Moraes, o setor financeiro não sabe como se posicionar e já procura interlocutores no Supremo.

Na terça, um dia após proferir a decisão, Dino reiterou a medida O ministro esclareceu que a exigência de homologação para cumprir decisões de tribunais estrangeiros se limita a órgãos do Poder Judiciário de outros países e não atinge tribunais internacionais.

"Trata-se de decisão que reitera conceitos básicos e seculares, destinada a proteger o Brasil - abrangendo suas empresas e cidadãos - de indevidas ingerências estrangeiras no nosso território. Ademais, a decisão atende a imperativos elementares de segurança jurídica, pois seria inviável a prática de atos jurídicos no Brasil se - a qualquer momento - uma lei ou decisão judicial estrangeira, emanada de algum país dentre as centenas existentes, pudesse ser imposta no território pátrio", escreveu o ministro no documento.

CÓDIGO ELEITORAL

Emenda aprovada pela CCJ do Senado ‘recria’ o voto impresso

KARINA FERREIRA/AE

O novo Código Eleitoral, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal na tarde desta quarta-feira, inclui emenda que instala o retorno do voto impresso. O trecho foi aprovado em votação separada por 14 votos favoráveis e 12 contrários. A proposta ainda será votada no plenário da Casa.

Segundo o texto da emenda apresentado pelo senador Esperidião Amin (PP-SC) em 7 de junho, o processo de votação de cada eleitor só será concluído após a confirmação da correspondência entre o teor do recibo impresso e o exibido pela urna eletrônica

Pela proposta, após o eleitor votar na urna eletrônica, o registro é impresso e depositado "de forma automática e sem contato manual do eleitor" em local lacrado. O senador também propôs que haja

alternativa à impressão do registro, com "aplicação de tecnologia que assegure a confirmação do voto pelo eleitor e seu respectivo sigilo".

"A medida proposta porá fim, portanto, a todas as dúvidas e questionamentos por tantos anos latentes em nossa sociedade acerca da vulnerabilidade do sistema eletrônico e da transparência, integridade e autenticidade do processo eleitoral", escreveu o senador na emenda proposta.

As diversas acusações sem provas de que o sistema eleitoral brasileiro é passível de fraudes são encampadas pelos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), antes mesmo de ele disputar a reeleição e perder, em 2022. Os argumentos asfaltaram caminho para justificar um golpe de Estado frustrado que se desenhou nos meses seguintes ao pleito, conforme denunciado pela Procuradoria-Geral da

República (PGR), e pelo qual Bolsonaro é réu em ação penal no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em 2020, a própria Suprema Corte já declarou a possibilidade inconstitucional, por colocar em risco o sigilo e a liberdade do voto. Na ocasião, os ministros deliberavam sobre trecho da minirreforma eleitoral aprovada em 2015, que também previa a obrigatoriedade de impressão de registros de votos depositados de forma eletrônica na urna.

No entendimento do relator do caso na Corte, ministro Gilmar Mendes, a proposta trazia "riscos teóricos de manipulação da impressão, por exemplo, o cancelamento de votos confirmados ou a impressão de votos inexistentes". O custo da operação era estimado em R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos ao longo de dez anos para aquisição do módulo impressor.

A emenda aprovada pelos senadores não traz estimativas de custos O texto, que veio da Câmara dos Deputados, ainda precisa ser aprovado pela maioria dos 81 senadores em plenário, e voltar para a Casa Baixa para revisão.

O relator do novo Código Eleitoral, Marcelo Castro(MDB-PI), disse que o trecho do voto impresso é inconstitucional e avaliou que não deve ser aprovado em plenário.

"Quero chamar a atenção que o texto aprovado na CCJ sobre o voto impresso foi o mesmo texto aprovado em 2015 no Congresso Nacional e o STF considerou inconstitucional. Quero crer que estamos incorrendo numa inconstitucionalidade pela segunda vez", afirmou Castro.

As mudanças votadas pelos parlamentares, entretanto, só valerão para as eleições do próximo ano caso sejam aprovadas até 4 de outubro deste ano.

EDITAL DE 1º e 2º PÚBLICOS LEILÕES DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º Público Leilão: 04 de Setembro de 2025 a partir das 09h00
2º Público Leilão: 11 de Setembro de 2025 a partir das 15h00

ALEXANDRE TRAVASSOS, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, n° 1177, Jardim Elisa, Embu das Artes/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **VERT COMPANHIA SECURITIZADORA**, inscrita no CNPJ sob n° 25.005.683/0001-09, venderá em 1º ou 2º Leilão Público Extrajudicial, nos termos do Contrato de empréstimo e pacto adjeto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 10005337-8, datado em 02/02/2024, o seguinte imóvel em lote único: Apartamento nº 408, com direito a 01 vaga de garagem, do Edifício situado à Travessa Faria nº 28, e respectiva fração ideal de 0,0065 para o apartamento e de 0,0015 para vaga de garagem, do terreno que mede: 55,00m de largura na frente para mencionada Travessa, por 74,00m de frente a fundos sobre o alinhamento da Rua Itaguaí, com as metragens mais ou menos dos lados opostos aos já referidos; confrontando à direita com a Rua Itaguaí, à esquerda, com os prédios nº 979, 87, 91 e 93 mais um lote de propriedade do espólio de Maria da Silva Reis, todos da Rua Noronha Torreção e, nos fundos com imóvel de propriedade de Celso Peres Pietro. Matrícula nº 11.530 do 8º Cartório de Ofício de Registro de Imóveis de Niterói/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 163.173-8. **1º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR de R\$ 434.366,38 (Quatrocentos e trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis reais e trinta e oito centavos).** **2º PÚBLICO LEILÃO com lance mínimo igual ou superior ao VALOR de R\$ 396.629,53 (Trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos).** O arrematante pagará à vista, o valor da arrematação, 5% de comissão do leiloeiro e arcará com despesas cartoriais, impostos de transmissão para lavratura e registro de escritura, e com todas as despesas que vencerem a partir da data de arrematação. **O imóvel será entregue no estado em que se encontra. Venda ad corpus. Imóvel ocupado, desocupação a cargo do arrematante, nos termos do art. 30 da lei nº 9.514/97.** Ficamos **Devedores Fiduciários LUIZ ANTONIO CASTELLÕES DE FARIAS**, RG n° 07.353.264-0-1FP/RJ, CNH n° 04813945460-DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 003.134.197-79, e **ROGERIA SOARES VIEIRA**, RG n° 110345923-DETRAN/RJ, CNH n° 05048634464-DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob nº 073.492.017-29, intimados das datas dos leilões pelo presente edital. Leilão online, os interessados deverão obrigatoriamente, tomar conhecimento do edital completo através da Loja SOLD (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net).

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro, nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP | CEP: 05423-020.

HI-PE Participações S.A.
CNPJ/MF nº 51.185.463/0001-06 - NIRE 33.300.349.529
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Ficam convocados os acionistas da HI-PE Participações S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do artigo 8, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, a ser realizada, em primeira convocação, em 29/08/2025, às 14h, e, em 2ª convocação, às 14h30, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre: (i) o aumento do capital social da Companhia em R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais); e (ii) a alteração do caput do artigo 5 do Estatuto Social da Companhia, em decorrência do aumento do capital social, caso a deliberação anterior seja aprovada, bem como a consolidação do Estatuto Social da Companhia. RJ, 19/08/2025. Vitor Miguel Arteiro de Mello, Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/08/2025)

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
Resumo da Ata da Reunião de Diretoria da MRS LOGÍSTICA S.A. realizada em 21 de julho de 2025: Foi realizada Reunião de Diretoria da MRS Logística ("Companhia") no dia 21.07.2025, às 14h15min, na sede da Companhia, com a presença da maioria dos membros da Diretoria Estatutária, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos: (1) Abertura de filial na Estrada Engenheiro Abílio Gondim Pereira - Taboão - Mogi das Cruzes – SP. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Diretoria e pela Secretária. Assinatura: Guilherme Segalla de Mello; Felix Lopez Cid e Henrique Rocha Martins. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião da Diretoria da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista (diariodoacionista.com.br). A presente certidão é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Rio de Janeiro, 21 de julho de 2025. Joana Meyer. Secretária. Protocolo: 2025/00803590-9 Data do protocolo: 13/08/2025. Certifico o Arquivamento em 14/08/2025 sob o número 00007140591, 35920362019 e demais constantes do termo de autenticação.

MRS LOGÍSTICA S.A.
CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565
Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9
Comunicação de Renúncia de Administrador da MRS Logística S.A

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2025
Carta de Renúncia

À
MRS Logística S.A.
CNPJ/MF nº 01.417.222/0001-77
NIRE 33.300.163.65
Praia de Botafogo nº 228, Ala B, sala 707, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ
At.: Srs. Acionistas

Prezados Acionistas,
Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, renuncio, em caráter irrevogável e irretratável, ao cargo de membro do Conselho de Administração da MRS Logística S.A., dando por encerrada, nesta data, minhas atividades na mencionada Companhia.

Atenciosamente,
Marcelo Cunha Ribeiro
JUCERJA - Protocolo: 2025/00818345-2 Data do protocolo: 18/08/2025
Certifico o Arquivamento em 20/08/2025 sob o número 00007150320

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels: (21) 99122-4278

